

Tração e Manutenção de Meia Vida 2018-2021, até ao montante global de € 3.350.000,00.

2 — Os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato acima referido são repartidos da seguinte forma, não podendo exceder estes valores em cada ano económico:

Em 2018: € 377.500,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
Em 2019: € 1.100.000,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
Em 2020: € 1.100.000,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
Em 2021: € 772.500,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

3 — O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

4 — Os encargos financeiros resultantes da execução do presente diploma serão satisfeitos por verbas adequadas do orçamento da Infraestruturas de Portugal, S. A.

5 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

20 de junho de 2018. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 26 de junho de 2018. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d'Oliveira Martins*.

311568107

DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7951/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, cessa funções, por iniciar novas funções no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Licenciada Maria Helena de Oliveira Bicho do cargo de Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, para o qual foi designada através do Despacho n.º 6591/2017, de 28 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 31 de julho de 2017.

2 — O presente despacho produz efeitos a 31 de julho de 2018.

31 de julho de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

311559676

Secretaria-Geral

Aviso n.º 11442/2018

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual, torna-se público a extinção do vínculo de emprego público, por iniciativa do trabalhador com aviso prévio, com efeitos a 1 de setembro de 2018, cessando o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado entre a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional e José Carlos Amaro de Albuquerque, integrado na carreira e categoria de assistente operacional, posicionado na 4.ª posição da respetiva carreira, a que corresponde o nível 4 da Tabela Remuneratória Única.

2 de agosto de 2018. — A Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Ana Isabel Correia Lagartinho Fernandes*.

311566488

Autoridade Marítima Nacional

Direção-Geral da Autoridade Marítima

Edital n.º 769/2018

O Capitão-tenente Pedro Miguel Cervaens Costa, Capitão do Porto de Caminha, usando das competências que lhe conferem as leis e regulamentos em vigor e no seguimento das normas aprovadas em sede da Comissão Permanente Internacional do Rio Minho (CPIRM) ao abrigo do artigo 45.º do Decreto n.º 8/2008, de 9 de abril, Regulamento da Pesca no Troço Internacional do Rio Minho (RPTIRM), conjugado com o n.º 3 do artigo 7.º, n.º 2 do artigo 9.º, artigo 11.º, 12.º e n.º 1 do artigo 14.º, do mesmo diploma legal, faz saber e torna público o Edital

para o exercício da pesca no Troço Internacional do Rio Minho (TIRM), temporada de 2018/2019:

I. Regras gerais

1 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que o período de proibição da pesca profissional ao domingo, definido no n.º 3 do artigo 10.º do RPTIRM, corresponde ao período compreendido entre as 23:00 horas de sábado e as 23:00 horas de domingo, hora legal Portuguesa. Esta interdição não é aplicável à pesca do meixão com tela e atividades das pesqueiras.

2 — É proibido o exercício da pesca submarina em todo o Troço Internacional do Rio Minho (TIRM).

3 — É proibido o exercício da pesca profissional e pesca lúdica/desportiva na zona compreendida entre a foz do rio Trancoso ou Barjas, definida pela linha que une as posições 42º9,243'N — 008º11,886'W e 42º9,272'N — 008º11,900'W (DATUM WGS 84), e a linha que une a primeira pesqueira a jusante da praia de Cevide, na margem Portuguesa, com a primeira pesqueira na margem Espanhola, posição 42º9,150'N — 008º12,061'W e 42º9,165'N — 008º12,135'W (DATUM WGS 84).

4 — É proibido o exercício da pesca profissional e pesca lúdica/desportiva no canal de navegação do ferryboat (Caminha — La Pasaxe), durante o seu horário de funcionamento.

5 — É proibido o exercício da pesca profissional e pesca lúdica/desportiva a uma distância inferior a 15 metros dos cais, molhes, rampas de acesso de embarcações, pontões e praias de banhos devidamente sinalizadas, assim como nos seguintes locais, definidos no anexo VI:

a) Vila Nova de Cerveira.

- 1) Pedra de Eiras — frente do cais da Mota.
- 2) Pedra do Requeijo — frente à ilha dos Amores.
- 3) Pesqueira da Várzea — jusante do cais das Faias.
- 4) Poço do Castelhinho — junto às pedras do Castelo.
- 5) Poço do Goião — frente do cais de Vila Nova de Cerveira.
- 6) Poço da Atalaia — a montante de Linhares.

b) São Pedro da Torre.

- 1) Poço do Arieiro — entre a Furna e a Carvalha.
- 2) Poço do Canto da Veiga — ponta de Montorros e o esteiro de Chamosinhos.
- 3) Poço de Segadães — junto das pedras Rebolinho.
- 4) Poço de Valença — Pesqueira Dona Ana e a ponte.

c) Verdoejo/Frietas, Valença do Minho.

- 1) Ínsua do Conguedo.
- 2) Poço da Gingleta.
- 3) Poço do Crasto.

d) Na denominada charca de Caldelas de Tui, situada a jusante da ilha de Caldelas

e) Praias de banhos não delimitadas, até à distância de 50 metros da margem, de 15 de junho a 15 de setembro de 2018:

- 1) Praia da Lenta, com extensão de 70 metros (entre as posições GPS 41º57,435'N — 008º44,789'W e 41º57,395'N — 008º44,777'W — DATUM WGS 84);
- 2) Praia da Foz do Minho — frente fluvial com extensão de 80 metros (entre as posições GPS 41º52,097'W — 008º51,676'W e 41º52,038'N — 008º51,601'W — DATUM WGS 84);
- 3) Praia da Foz do Minho — frente marítima com extensão de 80 metros (entre as posições GPS 41º52,016'N — 008º51,822'W e 41º51,973'N — 008º51,827'W — DATUM WGS 84).

6 — É proibida a pesca profissional e pesca lúdica/desportiva, exercida a bordo das embarcações e da margem, a uma distância inferior a 5 metros das áreas definidas como fundeadouros.

7 — É permitida a apanha de poliquetas, vulgarmente conhecidos por minhoca-da-pesca, casulos (Hediste diversicolor, Diopatra neapolitana, Lumbrineris impatiens e Arenicola marina), limitada a 100 gramas por apanhador por dia e apenas com recurso a utensílios vulgarmente denominados por pá ou enxada de cabo curto, devendo o apanhador estar munido da respetiva licença de pesca lúdica/desportiva ou profissional.

8 — É permitida a pesca do salmão durante a temporada 2018/2019, finda a qual, de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º do RPTIRM, será novamente reavaliada e acordada a conveniência de prorrogar ou não esta autorização.

9 — Permanece autorizada a utilização da tela para a pesca do meixão durante a temporada 2018/2019, uma vez finalizada, de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do RPTIRM, será novamente reavaliada e acordada a conveniência de prorrogar ou não esta autorização.

10 — Para a temporada 2018/2019 é proibido o uso da arte de pesca denominada peneira ou rapeta a partir da margem, exceto se utilizada por tripulantes de embarcação licenciada para a pesca de meixão com tela.

11 — De forma a facilitar a implementação do Regulamento n.º 1100/2007 da Comunidade Europeia, que estabelece as medidas para a recuperação da população de enguia europeia, fica proibida a pesca de meixão a montante da linha que une os fundeadouros de Montorros, na margem Portuguesa, com o de Amorim, na margem Espanhola, linha definida pela união das seguintes posições:

Margem Portuguesa: 41°59,416'N — 008°41,011'W — DATUM WGS 84.

Margem Espanhola: 41°59,483'N — 008°40,946'W — DATUM WGS 84.

As embarcações de pesca cujos fundeadouros se situem a montante da linha acima definida, podem transitar para locais nos quais a pesca de meixão esteja autorizada com as artes devidamente estivadas a bordo.

12 — De acordo com o estabelecido no Regulamento n.º 1100/2007 da Comunidade Europeia, que estabelece as medidas para a recuperação da população de enguia europeia, está proibida a captura de enguia na pesca profissional e na pesca lúdica/desportiva.

13 — É permitida a utilização de camaroeiros e artes similares na pesca profissional e pesca lúdica/desportiva como equipamento de apoio.

14 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, considera-se exercício da pesca, lançar, manter a bordo, operar e recolher da água artes de pesca, capturar de qualquer forma espécies marinhas e fluviais, bem como, manter, depositar ou operar artes de pesca nas pesqueiras. Por espécies marinhas e fluviais entendem-se todos os animais ou plantas que passem na água salgada, salobra ou doce uma parte significativa do seu ciclo de vida.

15 — É proibido manter e depositar nas margens do TIRM ou em embarcações nele encalhadas ou fundeadas artes de pesca com características ilegais ou fora do respetivo período hábil, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM. Para efeitos de preparação e manutenção das artes previstas no RPTIRM, é permitido o seu depósito fora do período hábil, exclusivamente na margem, nos sete dias anteriores e posteriores ao período hábil.

16 — É proibido o depósito e o transporte de artes, apetrechos e utensílios de pesca não identificados nas margens do TIRM. O incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

17 — É proibido transportar ou manter a bordo artes de pesca fora da respetiva época, local ou período de pesca, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 35.º do RPTIRM. Excetua-se o tresmalho, que pode ser transportado de segunda-feira a sábado fora da sua hora de operação, desde que, ensacado, identificado e estivado em condições que não permita a sua operação e a tela do meixão que pode ser transportada a bordo a jusante do enfiamento definido pelas linhas, na margem Portuguesa, mastro de sinais do posto de fiscalização da Foz, situado na ponta do Cabedelo (41°52,061'N — 008°51,718'W — DATUM WGS 84), na margem Espanhola, farolim do enfiamento da entrada da barra situado na Pedra do Paracan (41°52,330'N — 008°52,107'W — DATUM WGS 84). Acrescenta-se ainda que, a tela do meixão poderá ser deixada a bordo das embarcações licenciadas para a apanha do Meixão, sem os ferros e respetivas boias de sinalização, nos períodos de defeso entre os períodos hábeis definidos no Anexo I deste Edital, estando impedidas de navegar nesse período de defeso com a arte a bordo. O não cumprimento desta última norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

18 — É permitida a captura com cana, linha e apanha de espécies marinhas diferentes das listadas nos anexos I e II ao presente Edital a jusante do canal de navegação do ferryboat (Caminha — La Pasaxe). Nestes casos, as espécies capturadas devem respeitar os tamanhos mínimos definidos na legislação comunitária.

19 — É autorizado o trânsito no TIRM a embarcações de pesca profissional com licença de pesca para águas oceánicas, desde que, mantenham as respetivas artes devidamente estivadas a bordo e em condições que não permitam a sua utilização. Da mesma forma, é autorizado o trânsito no TIRM a embarcações de recreio com artes de pesca lúdica a bordo, apenas com licença de pesca lúdica em águas oceánicas, desde que, devidamente estivadas, desmontadas e mantidas a bordo em condições que não permitam a sua utilização.

20 — As guias referidas no n.º 3 do artigo 14.º do RPTIRM podem ser substituídas pelo diário de pesca, desde que, o mesmo seja visado pelas autoridades competentes de cada país, independentemente da nacionalidade da embarcação. No caso das pesqueiras e dos pescadores desportivos, terão que cumprir integralmente com o previsto no n.º 3 do artigo 14.º do RPTIRM.

21 — Os períodos hábeis de pesca referidos no anexo I e II iniciam às 23:00 horas, hora legal Portuguesa, da véspera do dia indicado e terminam às 23:00 horas, hora legal Portuguesa, do dia indicado.

II. Pesca profissional por embarcação

22 — As redes e os aparelhos permitidos na atividade da pesca profissional no TIRM, em alternativa ao estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º, podem ser sinalizados, durante o dia e em cada extremidade, com uma boia de cor laranja, amarela ou vermelha, com um diâmetro mínimo de 30 cm.

23 — As redes e os aparelhos permitidos na atividade da pesca profissional no TIRM devem ser sinalizados, durante a noite e em cada extremidade, com uma luz visível em todo o horizonte com as seguintes características:

a) De cor verde o tresmalho, conforme definido no n.º 1 do anexo ao RPTIRM;

b) De cor branca a tela de meixão, conforme definida no n.º 8 do anexo ao RPTIRM;

c) De cor vermelha as restantes artes de pesca permitidas no TIRM, conforme definidas nos números 2, 3, 4, 5, 6 e 12 do anexo ao RPTIRM;

24 — É obrigatório identificar, de forma legível, as bóias, bandeiras e suportes da sinalização luminosa de todas as artes de pesca profissional do TIRM, com o conjunto de identificação da embarcação a que pertencem. Também é obrigatório identificar, de forma facilmente visível, as artes estivadas ou ensacadas que não estejam associadas a bóias, bandeiras ou suportes da sinalização luminosa.

25 — As bóias, bandeiras e luzes de sinalização das artes de pesca devem ser sempre visíveis, independentemente das condições meteorológicas, a partir da embarcação da qual estão a ser operadas, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

26 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que as embarcações de pesca profissionais só poderão sair do seu local habitual de atracação/amarração dentro das horas previstas para o exercício da atividade de pesca, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM. A utilização de uma embarcação de pesca profissional numa atividade diferente da atividade de pesca necessita a devida autorização, a emitir pela Capitania do Porto de Caminha.

27 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que é permitido manter a bordo das embarcações de pesca mais do que uma rede de pesca, no entanto, apenas é permitido pescar com uma dessas artes, excetua-se o palangre ou espinhel que pode ser utilizado simultaneamente com outra rede de pesca, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

28 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que não é permitido abandonar, soltar ou colocar na água, sem vigilância, qualquer arte de pesca profissional e respetivos apetrechos ou qualquer tipo de equipamento ou material utilizado para a faina de pesca por embarcação, exceto o palangre e espinheis, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

29 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que não é permitido um afastamento superior a 25 metros entre as embarcações e as artes que estão a operar, exceto palangres e espinheis, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

30 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que os dois terços da distância entre as duas linhas de terra firme mais próximas, referidos no artigo 17.º do RPTIRM, correspondem à diferença entre a distância total entre as duas linhas de terra firme mais próximas e o somatório das distâncias livres medidas desde ambas as margens até aos extremos das artes de pesca.

31 — Não é permitida a pesca com o palangre e espinheis a montante da ponte internacional Vila Nova de Cerveira — Tomiño (Espanha).

32 — Cada palangre ou espinhel não pode conter mais de 250 anzóis.

33 — É proibida a utilização da arte de pesca denominada de nassas e engueieira.

34 — Face à diminuição da quantidade de Solhas declaradas na lota nas últimas temporadas, como medida preventiva, suspende-se durante a temporada de 2018-2019 o uso da Varga da Solha, esta suspensão será reavaliada anualmente em função da evolução da medida implementada.

35 — Mantém-se a proibição da utilização da arte de pesca denominada lampreira fabricada com fio de sedilha em todo o TIRM. Adicionalmente, é proibida a utilização de qualquer arte de pesca fabricada

com fio de sedilha multifilamento em todas as artes de pesca definidas no anexo ao RPTIRM.

36 — A arte de pesca denominada Lampreieira não pode ter malha inferior a 70 mm nem superior a 90 mm de diagonal.

37 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que a captura de espécies com artes diferentes das mencionadas no anexo I é aplicável a sanção prevista no n.º 4 do artigo 35.º do RPTIRM. As artes definidas no anexo I apenas podem capturar as espécies previstas para a mesma não sendo permitida a captura de espécies diferentes. Nos casos em que se verifique a captura acidental de outras espécies, devem as mesmas ser imediatamente devolvidas ao rio, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 35.º do RPTIRM.

38 — É proibido o exercício da pesca profissional, exceto a pesca com cana e linha, a montante da extremidade mais a jusante do grupo de ilhas do Verdoejo (linha definida pela união das seguintes posições: 42°03,184'N — 008°36,116'W na margem Portuguesa e 42°03,358'N — 008°36,209'W na margem Espanhola — DATUM WGS84) até à linha definida pela torre do castelo da Lapela (Portugal) e a igreja do Porto (Espanha). No entanto, as embarcações de pesca cujos fundeadouros se situem a montante da linha acima definida, podem transitar para locais nos quais a pesca esteja autorizada, desde que não façam uso das artes de pesca e as mesmas se encontrem devidamente acondicionadas, estivadas e identificadas.

39:

a) Nos termos do n.º 3 do artigo 7.º conjugado com a alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, é autorizada a pesca com um só tripulante, em embarcações de pesca profissionais, comprovado através de documento escrito e visado pelo Capitão do Porto de Caminha, aos marítimos que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:

- 1) Tenham a categoria de arrais;
- 2) Estejam matriculados no rol de tripulação da embarcação com a função de arrais;
- 3) Tenham idade igual ou inferior a 65 anos na data de entrega do requerimento;

b) Os marítimos autorizados pela alínea anterior, são obrigados, por razões de segurança, a exercer a atividade de pesca a montante da linha definida pelas seguintes marcas:

1) Margem Portuguesa: Mastro de sinais do Posto de Fiscalização da Foz, situado na ponta do Cabedelo (41°52,061'N — 008°51,718'W) (DATUM WGS84).

2) Margem Espanhola: Farolim do enfiamento da entrada da Barra situado na Pedra do Paracan (41°52,330'N — 008°52,107'W) (DATUM WGS84).

As infrações ao disposto neste número na alínea a) são sancionadas de acordo com o artigo 37.º do RPTIRM e as infrações relativas à alínea b) pela alínea 3) do Artigo 35.º do RPTIRM.

40 — As tripulações das embarcações de pesca devem envregar permanentemente os respetivos coletes de salvação, exceto quando a embarcação se encontrar encalhada, amarrada ou fundeada em áreas convencionalmente utilizadas para embarque e desembarque de tripulações. Os coletes de salvação podem ser substituídos por auxiliares de flutuação individuais, tanto os coletes de salvação como os auxiliares de flutuação individuais devem cumprir com os requisitos de segurança definidos pela EN ISO 12402-3 (EN396). O incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o artigo 37.º do RPTIRM.

41 — Não é permitida a pesca com redes fixas ou fundeadas a jusante da linha definida pelas seguintes marcas:

a) Margem Portuguesa: Mastro de sinais do Posto de Fiscalização da Foz, situado na ponta do Cabedelo (41°52,061'N — 008°51,718'W) (DATUM WGS84).

b) Margem Espanhola: Farolim do enfiamento da entrada da Barra situado na Pedra do Paracan (41°52,330'N — 008°52,107'W) (DATUM WGS84).

42 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que a licença de pesca profissional é válida para o exercício da pesca com canas e linhas desde a embarcação de pesca, nesta modalidade, as embarcações são obrigadas a cumprir com as regras definidas para a pesca lúdica/desportiva, nomeadamente, zonas de proibição de pesca, definidas no anexo VI, períodos hábeis, definidos no anexo II e não podem ter outra arte de pesca a bordo. A embarcação mantém o seu estatuto de embarcação de pesca profissional e é obrigada a cumprir com as restantes regras aplicáveis à pesca profissional, nomeadamente, os períodos de proibição, rol de tripulação, lotação, preenchimento do diário de pesca.

43 — Ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do artigo 4.º do RPTIRM, como medida de controlo das capturas efetuadas no TIRM, os padrões/arrais das embarcações de pesca profissional, titulares de licença de pesca profissional, são obrigados a preencher o diário de pesca de acordo com as instruções indicadas no anexo IV.

44 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, entende-se que o preenchimento incorreto ou deficiente equivale à não existência do diário de pesca. As infrações relativas ao diário de pesca do TIRM, bem como, o incumprimento do prazo de entrega estabelecido no anexo IV são punidos nos termos do artigo 37.º do RPTIRM.

45 — Com o objetivo de facilitar as medidas contempladas no ponto 8.3 do Plano de Gestão da Enguia Europeia, a captura de meixão fica limitada a 3 quilogramas por dia e pescador a bordo. No caso de, desde a hora de largada até à hora de chegada da embarcação, houver lugar à mudança de dia, a captura de meixão mantém-se limitada a 3 quilogramas por pescador a bordo. O incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

46 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, para efeitos do n.º 2 do artigo 31.º, o proprietário da embarcação assume as responsabilidades do patrão quando estas não disponham de tripulantes matriculados.

III. Pesqueiras

47 — Os botirões e cabaceiras empregues na pesca do sável, salmão, truta e savelha têm como malha mínima 120 mm de diagonal.

48 — Os botirões e cabaceiras empregues na pesca da lampreia não podem ter malha inferior a 60 mm nem superior a 80 mm de diagonal.

49 — É proibida a utilização de botirões e cabaceiras destinados à pesca da lampreia fabricados com fio de sedilha.

50 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, para efeitos do disposto no artigo 23.º do RPTIRM, considera-se como margem o pontal das pesqueiras.

51 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, esclarece-se que no n.º 11 do anexo ao RPTIRM, a forma de uso, em vez de se ler “bocas” deve-se ler “pontal”.

52 — Com o objetivo de melhorar o controlo das capturas nas pesqueiras é obrigatório, no processo de licenciamento, fazer entrega da declaração da estatística do pescado da temporada anterior de acordo com o impresso do anexo VII.

As infrações referidas à declaração da estatística do pescado, assim como o não cumprimento dos prazos estabelecidos no ponto anterior, serão sancionadas conforme o artigo 37.º do RPTIRM. Para todos os efeitos, não preencher a declaração da estatística do pescado ou fazê-lo de forma incorreta, equivalerá à não existência da mesma, sendo aplicadas as sanções estabelecidas pela alínea 1) do artigo 35.º do RPTIRM.

53 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, as pesqueiras que apenas renovem o certificado de registo para evitar perder o direito ao exercício da pesca e não solicitem a correspondente licença de pesca, consideram-se em exploração e obrigatoriamente devem ter um patrão nomeado.

54 — Os patrões, redeiros e outras pessoas autorizadas, que pretendam exercer a atividade da pesca nas pesqueiras, a partir do momento que se encontrem em cima de qualquer parte da estrutura pertencente à pesqueira, têm obrigatoriamente de envregar um colete de salvação ou auxiliar de flutuação individual, que terá de cumprir com os requisitos de segurança definidos pela EN ISO 12402-4 (100N). O incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM. Sugere-se que, também quando no exercício desta atividade de pesca, todas as pessoas utilizem um capacete que os possa proteger em caso de queda.

IV. Pesca desportiva

55 — O exercício da pesca lúdica/desportiva está sujeito a licenciamento. Ficam isentos da licença de pesca lúdica/desportiva, os indivíduos menores de 16 anos, quando acompanhados por quem por eles se responsabilize, pais ou tutores, desde que possuidores de licença de pesca lúdica/desportiva válida no TIRM.

56 — É proibido, na pesca lúdica/desportiva, utilizar em simultâneo mais do que 2 canas ou linhas por pescador com licença e cada menor de 16 anos poderá utilizar no máximo uma cana de pesca. Para todas as situações, cada cana ou linha pode dispor no máximo de 3 anzóis. Podem ser transportadas a bordo mais canas ou linhas para além das utilizadas, desde que, devidamente estivadas, desmontadas e mantidas a bordo em condições que não permitam a sua utilização.

57 — É proibido o exercício da pesca lúdica/desportiva no período entre uma hora depois do pôr-do-sol até uma hora antes do nascer-do-sol. É também proibido o seu exercício a uma distância inferior a 15 metros dos cais, molhes, pontões, rampas de acesso de embarcações, praias de banhos e locais proibidos definidos no parágrafo 5 deste Edital. Esta última medida não se aplica, na pesca lúdica/desportiva, nos cais, molhes

e pontões fora do período balnear compreendido entre 15 de junho a 15 de setembro 2019, no entanto, em caso algum, o exercício da atividade de pesca lúdica/desportiva, poderá interferir com as embarcações que pretendam fazer uso destas infraestruturas.

58 — Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 45.º do RPTIRM, considera-se cana de pesca o aparelho de anzol constituído por uma linha que contenha anzóis simples ou múltiplos, que é manobrado por intermédio de uma cana ou vara, equipada, ou não, com tambor ou carreto.

59 — Os anzóis triplos são permitidos apenas nas amostras e peixes artificiais, com as seguintes limitações:

- a) Amostras: Não podem ter mais que um anzol triplo;
- b) Peixes artificiais: Não podem ter mais do que dois anzóis triplos.

60 — Os aparelhos de anzol simples e os anzóis triplos das amostras e dos peixes artificiais, não podem, em qualquer circunstância, ter uma abertura inferior a 6 mm nem superior a 10 mm. Os peixes artificiais, excluindo as ferragens, não podem ser inferiores a 7 cm, medidos desde a boca até ao final da barbatana caudal.

61 — No período compreendido entre 1 de agosto de 2018 e 18 de março de 2019 está proibida a pesca desportiva com amostras e peixes artificiais (“tipo rapala”), com exceção dos iscos de vinil sempre que o seu comprimento seja maior ou igual a 7 cm e dos peixes artificiais com função de popper.

62 — É obrigatória a marcação dos exemplares capturados na pesca lúdica/desportiva, imediatamente após a captura, através da aplicação de um corte na respetiva barbatana caudal conforme indicado no anexo V, o incumprimento desta norma é sancionado de acordo com o previsto no artigo 37.º do RPTIRM.

63 — Os pescadores lúdicos/desportivos, devidamente licenciados, podem capturar o Lagostim Vermelho da Louisiana com os seguintes condicionalismos:

- a) Podem ser utilizados camaroeiros ou aparelhos similares com diâmetro máximo de 80 cm e com malha não inferior a 30 mm de diagonal;
- b) A captura apenas pode ser efetuada a partir da margem e entre o nascer e o pôr-do-sol;
- c) Não é permitido abandonar, soltar ou libertar na água, sem qualquer vigilância os camaroeiros ou aparelhos similares;
- d) Cada pescador não pode utilizar mais do que 2 camaroeiros ou aparelhos similares.

64 — Sempre que uma embarcação esteja a exercer a atividade de pesca lúdica/desportiva, recomenda-se que todos os tripulantes enverguem o colete de salvação ou auxiliar de flutuação individual.

V. Licenciamento

65 — Os critérios de licenciamento da atividade da pesca profissional no Troço Internacional do Rio Minho (TIRM) encontram-se previstos no Edital n.º 632/2018 da Direção-Geral da Autoridade Marítima (Condições de Renovação das Licenças de Pesca Profissional por Embarcação no Troço Internacional do Rio Minho), publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 126 — 3 de julho de 2018 e no sítio Internet da Capitania do Porto de Caminha:

<http://www.amn.pt/DGAM/Capitanias/caminha/Paginas/capitania-do-porto-de-caminha.aspx>

66 — Os marítimos que não reúnam as condições previstas na alínea c) do n.º 39, podem, em alternativa, para efeitos de obtenção de licença, apresentar um atestado médico favorável da especialidade em medicina do trabalho;

67 — De acordo com o Plano de Gestão da Enguia Europeia no Troço Internacional do Rio Minho, aprovado pela Comissão Europeia em 21 de maio de 2012, o número de licenças de pesca de meião para o ano de 2019 fica limitado a 200. Para o efeito, ficam definidos os seguintes critérios, por ordem decrescente de prioridade, para atribuição da licença:

- a) Cumprir com os critérios previstos no Edital n.º 632/2018 da Direção-Geral da Autoridade Marítima (Condições de Renovação das Licenças de Pesca Profissional por Embarcação no Troço Internacional do Rio Minho);
- b) Armadores ou detentores de exploração de embarcações registadas na Capitania do Porto de Caminha;
- c) Ter obtido licença de pesca de meião no ano anterior;
- d) Ordem de inscrição na Capitania do Porto de Caminha ou Delegação Marítima de Vila Praia de Ancora.

68 — A emissão da licença de pesca para as pesqueiras é obrigatoriamente solicitada pelo respetivo patrão. Junto com o requerimento,

é obrigatório entregar, a escala de redagem para esse ano. A escala de redagem tem que conter a identificação das pessoas autorizadas a redar a pesqueira, tem de ser assinada por todas as pessoas autorizadas a redar a pesqueira e conter os respetivos períodos de redagem. A emissão da licença fica condicionada à entrega da declaração da estatística do pescado da temporada anterior, para o efeito, deve ser utilizado o impresso do anexo VII.

69 — A pesca lúdica/desportiva na área de jurisdição da Capitania do Porto de Caminha obedece ao seguinte licenciamento:

- a) Área marítima (desde o forte do Cão até à fronteira) — Apenas é válida a licença da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);
- b) Rio Ancora (até à ponte ferroviária) — Apenas é válida a licença da DGRM;
- c) Rio Coura (desde a confluência com o rio Minho até à ponte de Vilar de Mouros) — Apenas é válida a licença da DGRM;
- d) Rio Minho (De acordo com o artigo 43.º RPTIRM, é o troço internacional do rio, compreendido entre a confluência com o rio Trancoso até à linha imaginária definida pela fachada oeste do hotel da praia do Molino em Espanha, farol da Ínsua e a marca da ponta Ruiva em Portugal):

1) Pesca lúdica/desportiva exercida desde embarcações e ilhas internacionais — Apenas é válida a licença da Capitania do Porto de Caminha;

2) Pesca lúdica/desportiva exercida desde terra firme — É válida uma das seguintes licenças:

- i) Da Capitania do Porto de Caminha;
- ii) Da DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos);
- iii) Do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas).

Entende-se por terra firme, de acordo com o n.º 1 do artigo 2.º do RPTIRM, o terreno das margens do TIRM que na máxima baixa-mar não fique coberto ou circundado de água. Considera-se também terra firme as ilhas que no Tratado de Limites estão atribuídas a Portugal nomeadamente a ilha da Boega, a ilha dos Amores, a ilha de S. Pedro ou Lenta e a ilha do Conguedo.

Enquanto não ficar decidida a questão da nacionalidade, em sede da Comissão Internacional de Limites, são consideradas ilhas internacionais, onde também são válidas as licenças de pesca desportiva Espanholas, as ilhas Varandas ou Canosa de Arriba, Morraceira de Lanheles ou Pozas, Morraceira de Seixas, Morreceira do Grilo ou Vimbres, Culo de Puerco de Arriba e Culo de Puerco de Abajo e novos bancos de areia em formação.

A licença para o exercício da pesca lúdica/desportiva da Capitania do Porto de Caminha, pode ser obtida, mediante a identificação do utente e pagamento da respetiva licença, da seguinte forma:

- Ao balcão de atendimento;
- Através da Capitania On-Line; <https://caponline.amn.pt/caponline/iamin.jsp>
- Pelo correio eletrónico; capitania.caminha@amn.pt

Informação sobre obtenção e tipos de licenças da DGRM disponível no seguinte *link*:

http://www.dgrm.min-agricultura.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&xpgid=genericPageV2&conteudoDetalhe_v2=170183

Informação sobre obtenção e tipos de licenças do ICNF disponível no seguinte *link*:

<http://www.icnf.pt/portal/pesca/pdesportiva/licencas/lic-pescadesportiva>

VI. Disposições finais

70 — Em anexo a este Edital constam:

- a) Anexo I — Períodos hábeis da pesca profissional e pesqueiras no TIRM;
- b) Anexo II — Períodos hábeis de pesca lúdica/desportiva no TIRM — Espécies Autorizadas;
- c) Anexo III — Quadro das dimensões mínimas de captura das espécies do TIRM;
- d) Anexo IV — Modelo do diário de pesca a utilizar no TIRM, instruções e prazos;
- e) Anexo V — Método de corte da barbatana caudal;
- f) Anexo VI — Zonas de Proibição de Pesca;
- g) Anexo VII — Declaração Estatística do Pescado (pesqueiras).

71 — Este Edital revoga, à data da sua entrada em vigor, o Edital n.º 20/2017, da Capitania do Porto de Caminha, de 3 de agosto, exceto, para os períodos hábeis de pesca para as artes de Mugeira, Solheira ou

Picadeira e Palangres e Espinheis estabelecidos no anexo I do Edital n.º 20/2017, da Capitania do Porto de Caminha, de 3 de agosto e para o período hábil de pesca para as artes de cana e linha, relativa à pesca do Robalo ou Lubina, estabelecido no anexo II do Edital n.º 20/2017, da Capitania do Porto de Caminha, de 3 de agosto, os quais se mantêm válidos até 14 de dezembro 2018.

72 — O presente Edital entra em vigor no dia 1 de novembro de 2018.

3 de agosto de 2018. — O Capitão do Porto, *Pedro Miguel Cervaens Costa*, Capitão-Tenente.

ANEXO I

Períodos hábeis da pesca profissional e pesqueiras no TIRM

ESPÉCIE	ARTE DE PESCA	ZONA DE PESCA	PERÍODO HÁBIL
Lampreia	Lampreia (rede de 3 panos, com malha superior a 70 mm e inferior a 90 mm de diagonal, com 120 m comprimento e 70 malhas aturas)	Entre a extremidade a jusante do grupo de ilhas do Verdejo e o mar	02 de janeiro a 20 de abril de 2019
	Botirão/Cabeceira (malha de 60 a 80 mm de diagonal)	Nas Pesqueiras a montante da linha definida pela torre do castelo da Lapela e a Igreja do Porto	Das 08.00 de 15 de fevereiro às 08.00 de 16 de maio de 2019
Mugem Robalo	Varga de mugem (rede de 3 panos, com malha de 80 mm de diagonal, com máximo de 150 m comprimento e 60 malhas aturas)	Entre a ponte ferroviária de Valença e o mar	01 de agosto a 30 de setembro de 2019
	Mugeira (rede de 1 pano, com malha de 70 mm de diagonal, com máximos de 110 m comprimento e de 80 malhas aturas)	Entre a ponte ferroviária de Valença e o mar	01 de junho a 14 de dezembro de 2019
Sável Truta Salmão Savelha	Tremalho (rede de 3 panos, com malha de 140 mm de diagonal, com máximo de 120 m comprimento e 60 malhas aturas)	Entre a extremidade a jusante do grupo de ilhas do Verdejo e o mar	16 de março a 31 de março de 2019 (das 19.00 às 06.00) 01 de abril a 17 de junho de 2019 (das 20.00 às 07.00)
Sável Truta Salmão Savelha	Botirão/Cabeceira (malha de 120 mm de diagonal)	Nas Pesqueiras a montante da linha definida pela torre do castelo da Lapela e a Igreja do Porto	Das 08.00 de 01 de abril às 08.00 de 01 de junho de 2019
Meixão	Tela (malha não inferior a 2mm, com rede de chumbos de 15 m e rede de solas 10 m, altura 8 m, boca 2,5 m e comprimento 10 m)	Entre o fundeadoiro de Montom e o mar	01/11/2018 a 15/11/2018 30/11/2018 a 14/12/2018 30/12/2018 a 13/01/2019 28/01/2019 a 11/02/2019
	Peneira ou Rapeta (aro metálico com diâmetro entre 1 m e 1,5 m, com um saco de rede com malha entre 2 mm e 5 mm e ligado a uma haste em madeira)	Entre a ponte Vila Nova de Cerveira - Golán e o mar	01 de março de 2019 a 14 de dezembro de 2019
Robalo	Palangres e Espinheis (abertura dos anzóis nunca inferior a 6 mm e não superior a 10 mm, máximo de 250 anzóis por palangre)	Entre a ponte Vila Nova de Cerveira - Golán e o mar	01 de março de 2019 a 14 de dezembro de 2019
Solha	Varga de solha (rede de 3 panos, com malha de 70 mm de diagonal, com 80 m comprimento e 70 malhas aturas)	Entre a ponte ferroviária de Valença e o mar	Arte suspensa durante a temporada 2018/2019 Nota 1
	Solheira ou Picadeira (rede de 1 pano, com malha de 70 mm de diagonal, com 55 m comprimento e 70 malhas aturas)	Entre a ponte ferroviária de Valença e o mar	01 de agosto a 14 de dezembro de 2019
Espécies permitidas na pesca desportiva	Cana e linhas	Todo o troço Internacional	Todo o ano (de acordo com os períodos hábeis da pesca desportiva)
Enguia	PESCA PROIBIDA		

Nota 1: Face à diminuição da quantidade de Solhas declaradas na lota nas últimas temporadas, como medida preventiva, a CPIRM suspende temporariamente o uso da Varga da Solha durante o ano de 2018/2019.

ANEXO II

Períodos hábeis de pesca lúdica/desportiva no TIRM — Espécies Autorizadas

ESPÉCIE	ARTE DE PESCA	ZONA DE PESCA	PERÍODO HÁBIL
Mugem ou Tainha	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	Todo ano
Sável Salmão Savelha	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	18 de março de 2019 a 29 de junho de 2019
Truta marisca Truta sapeira Truta arco-íris	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	18 de março de 2019 a 30 de julho de 2019
Robalo ou Lubina	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	01 de março de 2019 a 14 de dezembro de 2019
Barbo Boga	Cana e Linha	Todo o troço Internacional do rio Minho	Todo ano exceto 16 março de 2019 a 16 de maio de 2019
Lagostim Vermelho da Louisiana	Camarão ou aparelhos similares (aro diâmetro máximo 80 cm e malhagem não inferior a 30mm)	Todo o troço Internacional do rio Minho	Todo ano
Perca-sol Achigã Pimpão Carpa Góbio Tenca	PESCA PERMITIDA		
Lampreia Solha Enguia Verdemã Escalo	PESCA PROIBIDA		

Notas:

- O exercício da pesca lúdica/desportiva no Troço Internacional do Rio Minho, só é permitida desde 1 hora antes do nascer-do-sol até 1 hora após o pôr-do-sol.
- Máximo de 2 canas ou linhas por pescador, com o máximo de 3 anzóis.
- Máximo de 2 camarões ou aparelhos similares por pescador.
- Cada menor de 16 anos poderá utilizar no máximo uma cana de pesca.
- No período compreendido entre 1 de agosto de 2018 e 18 de março de 2019 está proibida a pesca desportiva com amostras e peixes artificiais, no entanto, é permitida a pesca com iscos em vinil sempre que o seu comprimento seja maior ou igual a 7 cm e dos peixes artificiais com função de popper.

ANEXO III

Quadro das dimensões mínimas de captura das espécies do TIRM

ESPÉCIE	TAMANHO MÍNIMO
Mugem ou Tainha (<i>Mugil cephalus</i>)	10 cm
Sável (<i>Alosa alosa</i>)	30 cm
Salmão (<i>Salmo salar</i>)	55 cm
Escalo (<i>Squalius carolitertii</i>)	Pesca proibida
Boga (<i>Pseudochondrostoma duriense</i>)	10 cm
Savelha (<i>Alosa fallax</i>)	20 cm
Truta marisca (<i>Salmo trutta trutta</i>)	30 cm
Truta sapeira (<i>Salmo trutta fario</i>)	19 cm
Robalo ou Lubina (<i>Dicentrarchus labrax</i>)	36 cm
Barbo (<i>Luciobarbus bocagei</i>)	20 cm
Lagostim Vermelho da Louisiana (<i>Procambarus clarkii</i>)	Quaisquer dimensões
Perca-sol (<i>Lepomis gibbosus</i>)	Quaisquer dimensões
Achigã (<i>Micropterus salmoides</i>)	Quaisquer dimensões
Pimpão (<i>Carassius auratus</i>)	Quaisquer dimensões
Carpa (<i>Cyprinus carpio</i>)	Quaisquer dimensões
Góbio (<i>Gobio lozanoi</i>)	Quaisquer dimensões
Tenca (<i>Tinca tinca</i>)	Quaisquer dimensões
Truta arco-íris (<i>Oncorhynchus mykiss</i>)	Quaisquer dimensões
Lampreia (<i>Petromyzon marinus</i>)	50 cm
Solha (<i>Platichthys flesus</i>)	16 cm
Enguia (<i>Anquilla anquilla</i>)	Pesca proibida
Verdemã (<i>Cobitis paludica</i>)	Pesca proibida



As dimensões são tomadas desde a extremidade anterior da cabeça, até ao ponto posterior da barbatana caudal estendida.

Pesqueira da Várzea — jusante do cais das Faias



Entre as posições:

41°55,445'N — 008°45,758'W; 41°55,492'N — 008°45,783'W
41°55,511'N — 008°45,713'W; 41°55,463'N — 008°45,689'W

Poço do Castelinho — junto às pedras do Castelo



Entre as posições:

41°56,340'N — 008°44,963'W; 41°56,372'N — 008°44,960'W;
41°56,384'N — 008°44,991'W;
41°56,375'N — 008°45,018'W; 41°56,353'N — 008°45,027'W;
41°56,331'N — 008°44,997'W

Poço do Goião — frente do cais de Cerveira



Entre as posições:

41°56,513'N — 008°45,057'W; 41°56,499'N — 008°44,973'W
41°56,687'N — 008°44,906'W; 41°56,707'N — 008°45,003'W

Poço da Atalaia — a montante de Linhares



Entre as posições:

41°56,976'N — 008°44,704'W; 41°56,975'N — 008°44,755'W
41°57,029'N — 008°44,755'W; 41°57,029'N — 008°44,704'W

São Pedro da Torre

Poço do Arieiro — entre a Furna e a Carvalha



Entre as posições:

41°58,678'N — 008°43,012'W; 41°58,698'N — 008°43,033'W
41°58,800'N — 008°42,845'W; 41°58,776'N — 008°42,819'W

**Poço do Canto da Veiga — ponta de Montorros
e o Esteiro de Chamosinhos**



Entre as posições:

41°59,397'N — 008°41,071'W; 41°59,434'N — 008°41,044'W
41°59,381'N — 008°40,804'W; 41°59,358'N — 008°40,800'W

Poço de Segadães — junto das pedras Rebolinho

Entre as posições:

42°00,935'N — 008°39,395'W; 42°00,941'N — 008°39,437'W
42°00,994'N — 008°39,425'W; 42°00,988'N — 008°39,382'W

Poço de Valença — Pesqueira D. Ana e a Ponte

Entre as posições:

42°01,996'N — 008°39,149'W; 42°02,086'N — 008°38,808'W e a margem Portuguesa

Verdoejo/Friestas, Valença do Minho**Ínsua do Conguedo**

Entre as posições:

42°03,219'N — 008°35,857'W; 42°03,282'N — 008°35,910'W;
42°03,356'N — 008°35,846'W
42°03,385'N — 008°35,761'W; 42°03,391'N — 008°35,687'W;
42°03,353'N — 008°35,609'W

42°03,233'N — 008°35,475'W; 42°03,164'N — 008°35,322'W;
42°03,098'N — 008°35,115'W
42°03,081'N — 008°35,130'W; 42°03,062'N — 008°35,364'W

Poço da Gingleta

Entre as posições:

42°03,087'N — 008°34,965'W; 42°03,107'N — 008°34,978'W
42°03,107'N — 008°34,903'W; 42°03,081'N — 008°34,903'W

Charca de Caldelas

Em frente à ilha de Caldelas na margem Espanhola centrada na posição:

42°03,245'N — 008°34,331'W

Poço do Crasto

Entre as posições 42°03,143'N — 008°33,423'W; 42°03,143'N — 008°33,330'W e a margem Portuguesa

Cevide



Zona proibida entre a foz do rio Trancoso ou *Barjas*, definida pela linha que une as posições GPS: 42°09,243'N — 008°11,886'W e 42°09,272'N — 008°11,900'W, e a linha que une a primeira pesqueira a jusante da praia de Cevide, na margem Portuguesa, com a primeira pesqueira na margem Espanhola, posição GPS: 42°09,150'N — 008°12,061'W e 42°09,165'N — 008°12,135'W.

ANEXO VII

Declaração Estatística do Pescado (pesqueiras)

DECLARAÇÃO

ANO DE: _____

ESTATÍSTICA DO PESCADO NO RIO MINHO

EU ABAIXO ASSINADO, _____, PATRÃO DA PESQUEIRA Nº _____
DENOMINADA: _____, DECLARO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ART.º
8º DO DECRETO Nº 8/2008 DE 09 DE ABRIL (REG. PESCA NO RIO MINHO) QUE, NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE
REDAGEM DA REFERIDA PESQUEIRA, FORAM CAPTURADAS AS SEGUINTE ESPÉCIES E RESPECTIVAS QUANTIDADES:—

MÊS	DIAS DE PESCA	MEIXÃO (KG.)	LAMPREIA (UNID.)	SÁVEL (KG.)	SALMÃO (KG.)	SOLHA (KG.)	ENGUIA (KG.)	P.BRANCO (KG.)	OBS.
JANEIRO									
FEVEREIRO									
MARÇO									
ABRIL									
MAIO									
JUNHO									
JULHO									
AGOSTO									
SETEMBRO									
OUTUBRO									
NOVEMBRO									
DEZEMBRO									
TOTAIS									

CAMINHA AOS ____ DE ____ DE 200__

O PATRÃO

311557212

ADMINISTRAÇÃO INTERNA, AMBIENTE, AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Inspecção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Aviso n.º 11443/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, com efeitos a 13-07-2018, determinei a consolidação da mobilidade do inspetor Nélcio Guilherme Gomes Rebelo Pires, no mapa de pessoal desta Inspecção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, ao abrigo do disposto no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

3 de agosto de 2018. — O Inspetor-Geral, *Nuno Miguel Banza*.
311564065

Aviso n.º 11444/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, com efeitos a

30-07-2018, determinei a consolidação da mobilidade da técnica superior, Ana Paula Barros Guerra, no mapa de pessoal desta Inspecção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, ao abrigo do disposto no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

3 de agosto de 2018. — O Inspetor-Geral, *Nuno Miguel Banza*.
311563944

JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 7952/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 45.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, conjugado com o n.º 4, do artigo 49.º e artigo 50.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que por despacho do Diretor-Geral da Administração da Justiça de 23 de julho de 2018, foi convertida em definitiva a colocação provisória da escritã auxiliar Ana Cátia Monteiro Alves Machado Antunes, com efeitos a 18 de dezembro de 2017, passando a remuneração a corresponder ao 1.º escalão, índice 290, da escala salarial dos oficiais de justiça.

3 de agosto de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.
311565734

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 7953/2018

Por despacho de 25.07.2018 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária:

Victor Manuel Fernandes Albuquerque Ferreira, Assistente Operacional da Polícia Judiciária, na situação de licença sem remuneração — autorizado o regresso ao serviço.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de agosto de 2018. — Pela Diretora da Unidade, o Chefe de Área, *João Prata Augusto*.

311564746

CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7954/2018

O Decreto-Lei n.º 35/2018, de 18 de maio, alterou o Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho, estabelecendo que a comissão diretiva do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural é composta por três membros, nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, sob proposta da Direção-Geral do Património Cultural, não auferindo qualquer remuneração pelo exercício das suas funções.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 35/2018, de 18 de maio, determino o seguinte:

1 — A comissão diretiva do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural é constituída pelos seguintes elementos:

- a) Paula Araújo Pereira da Silva, Diretora-Geral do Património Cultural, que preside;
- b) João Carlos Martins Lopes dos Santos, Subdiretor-Geral do Património Cultural;
- c) Manuel Diogo Correia Baptista, Diretor de Serviços do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo da Direção-Geral do Património Cultural.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

7 de agosto de 2018. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

311570683

Direção-Geral das Artes

Despacho n.º 7955/2018

Nos termos e para efeitos previstos na alínea b) do n.º 3 do artigo 159.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho) e, bem assim, no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 2/2004, de 15